



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Processo n.º 003939/2021

DIREITO FINANCEIRO. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.
LIMITES PARA DESPESAS COM PESSOAL – VEDAÇÕES –
DISPENSAS - PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS
TEMPORÁRIOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VIABILIDADE.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de lei de autoria do Chefe do Poder Executivo, com objetivo de prorrogar o prazo das contratações temporárias de pessoal, até o dia 31 de dezembro de 2021.

Assevera o chefe do executivo Municipal, que a prorrogação do prazo das contratações é indispensável para assegurar a continuidade dos serviços prestados pelos profissionais contratados mediante autorização das seguintes leis: Lei n.º 3.660/2017; Lei n.º 3.661/2017; Lei n.º 3.662/2017; e, lei n.º 3.659/2017.

Salienta ainda, que o município de Linhares é o atual gestor do Hospital Geral de Linhares (HGL), entretanto, encontra-se em andamento processo de Estadualização do mesmo, onde a administração passará a ser de responsabilidade do Governo do Estado do Espírito Santo, e em virtude de tal transição, diversos servidores efetivos municipais, atualmente locados no HGL, poderão ser realocados ao sistema de saúde básica municipal, reduzindo a necessidade de contratações temporárias de pessoal.

O projeto em análise fora protocolizado junto a Câmara Municipal de Linhares/ES, tendo parecer da procuradoria e da Comissão de Constituição e Justiça, ato conseguinte, veio a esta Comissão (Finanças) para análise e parecer, na forma do art. 62, II, a, c/c arts. 63, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares.



É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal, além de estabelecer critérios de cômputo do total da despesa com pessoal, fixou três limites para o respectivo controle, vejamos:

- **Limite máximo – 49% da RCL**

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

...

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

...

III - na esfera municipal:

...

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

- **Limite Prudencial – 46,55% da RCL = 95% do limite máximo**

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:



...

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

- **Limite de Alerta – 44,10% da RCL = 90% do limite máximo**

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

...

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

...

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

Prevê ainda, o artigo 54, que o instrumento para verificação é o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que deve conter, ao lado de outras informações, comparativo dos limites de que trata a LRF com os montantes da despesa total com pessoal.

Assim, far-se-á necessária a análise do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2021, que está disponível no site da Prefeitura Municipal de Linhares/ES, portal da transparência, mais especificamente, no link <http://linhares-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=5>.

Observa-se pelo documento anexo, que a despesa total com pessoal, atingiu 42,91% da RCL ajustada, não ultrapassando o limite máximo legal. Logo, não atrai a incidência das restrições enumeradas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



Assim, é preciso interligar o princípio da legalidade, e os princípios da continuidade dos serviços públicos, da preponderância do interesse público e da eficiência, para, ao lume da realidade da administração da saúde em perspectiva temporal atual (pandemia do novo coronavírus), eleger a melhor decisão.

Conforme já analisado pela Procuradoria desta casa, bem como, pela Comissão de Constituição e Justiça, a prorrogação das contratações temporárias em análise, efetivamente atendem aos pressupostos constitucionais e legais.

Cabe-nos alertar, tendo em vista as matérias tratadas pela Comissão de Finanças, o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n.º 101/2000:

Art. 21. É nulo de pleno direito:

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e
- b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (g.n.)

Salutar citarmos o que dispõe os artigos 16 e 17 da mesma Lei Complementar:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (g.n.)

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem



para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

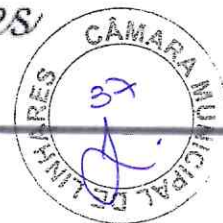
§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Vejamos ainda o artigo 169, §1º da CRFB/88:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer



título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (g.n.)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Linhares/ES, traz de forma expressa e específica a possibilidade de admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título em seu artigo 26:

Art. 26 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - se observado o limite estabelecido no art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- III - nos termos de posterior legislação específica.

Importante ainda colacionar o que preceitua a Emenda Constitucional n.º 106 de 7 de maio de 2020, artigo 2º:

Art. 2º Com o propósito exclusivo de enfrentamento do contexto da calamidade e de seus efeitos sociais e econômicos, no seu período de duração, o Poder Executivo federal, no âmbito de suas competências, poderá adotar processos simplificados de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras que assegurem, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes, dispensada a observância do § 1º do art. 169 da Constituição Federal na contratação de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, limitada a dispensa às situações de que trata o referido inciso, sem prejuízo da tutela dos órgãos de controle.



No mesmo sentido, DISPENSANDO a exigência dos critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, temos a Lei Complementar n.º 173/2020:

Art. 3º Durante o estado de calamidade pública decretado para o enfrentamento da Covid-19, além da aplicação do disposto no art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, ficam afastadas e dispensadas as disposições da referida Lei Complementar e de outras leis complementares, leis, decretos, portarias e outros atos normativos que tratem:

I - das condições e vedações previstas no art. 14, no inciso II do caput do art. 16 e no art. 17 da Lei Complementar n.º 101, de 2000;

Importante colacionar ao procedimento n.º 001813/2021 (anexo), o **Decreto Estadual n.º 610-S de 26 de março de 2021**, onde fora declarado Estado de Calamidade Pública no Estado do Espírito Santo decorrente do desastre natural classificado como grupo biológico/epidemias e tipo doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.10) conforme instrução normativa 35/2020, do Ministério de Desenvolvimento Regional.

Assim, o município de Linhares/ES, seguindo ao decreto Estadual vigente, também decretou Estado de Calamidade Pública através do Decreto 367/2021, devidamente publicado no diário oficial do Estado do Espírito Santo no dia 07 de abril de 2021, sendo então dispensado das condicionantes e vedações previstas nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Analisando o que dita a legislação pátria, o projeto apresentado pelo chefe do Poder Executivo, bem como os documentos acostados (fls. 17), verifica-se que, embora haja dispensa das disposições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o proponente juntou declaração cumprindo os requisitos impostos. Logo, a prorrogação do prazo das contratações é viável para assegurar a continuidade dos serviços prestados pelos profissionais contratados.

III - CONCLUSÃO

Assim, imperioso destacar que pelos documentos juntados pelo proponente, embora DISPENSÁVEL, o projeto de lei apresentado atende os requisitos exigidos pela lei, informando



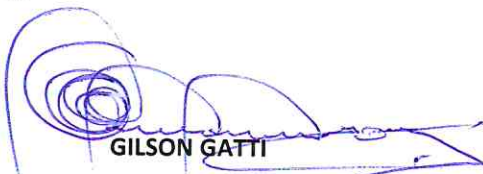
que as despesas decorrentes da execução do presente PLO tem adequação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, além de não comprometer as ações previstas no Plano Plurianual e as metas e resultados fiscais do Município.

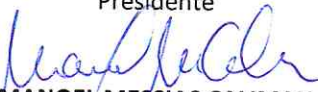
Em razão dos fundamentos expostos, bem como, dos documentos acostados, a Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, e Fiscalização, entende que, diante da proximidade do término do período de vigência dos contratos temporários por excepcional interesse público (artigo 37, X da CF/88), na área da educação, **a prorrogação não encontra óbice no artigo 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, atende a todas as exigências elencadas na referida lei.**


Após análise e apreciação do Projeto em destaque, os membros da Comissão são unânimes ao deliberarem pela **VIABILIDADE** do mesmo, tendo em vista o cumprimento das diretrizes legais, em especial, aquelas balizadas na Lei de Responsabilidade Fiscal em vigor no ordenamento jurídico Brasileiro.

É o parecer.

Linhares/ES, 23 de junho de 2021.


GILSON GATTI
Presidente


MANOEL MESSIAS CALIMAN
Relator


ALYSSON FRANCISCO GOMES REIS
Membro